Encaminha-se a Comissão de Finanças e Orçamento
Em 05 / 04 / 2021
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 001 /2021.

DESPACHO:
Encaminho a assessoria jurídica para análise e emissão de parecer.
Agrestina, 06 / 04 / 2021
Controladoria Geral

EMENTA: Denomina o CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL com o nome do Deputado Elias Libânio da Silva Ribeiro e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGRESTINA, Estado de PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º- Fica denominado o Centro Administrativo que funcionará no Prédio do antigo Fórum local, localizado na Travessa Marechal Deodoro, que passará a ser denominado **CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DEPUTADO ELIAS LIBÂNIO DA SILVA RIBEIRO,** em homenagem ao trabalho desenvolvido no desempenho de suas funções públicas de: Deputado Estadual, Prefeito e Presidente desta Câmara.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Municipal de Agrestina, Pernambuco, autorizado a mandar confeccionar e colocar a placa alusiva à denominação a que se refere o Art. 1º desta Lei e consequentemente a utilizar os recursos financeiros orçamentários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Agrestina, Pernambuco, em 30 de março de 2021.

1ª Discussão
APROVADO
Em 12 / 04 / 2021
Votação 7 X 0
Presidente

José Givaldo Leite
JOSÉ GIVALDO LEITE
VEREADOR AUTOR

CÂMARA DE VEREADORES
Recebido
Em 30/03/2021
Mª José M. Bezerra
Sec. Administrativo
Mat. 002
AGRESTINA - PE

2ª Discussão
APROVADO
Em 19 / 04 / 2021
Votação 9 X 0
Presidente

Encaminha-se a Comissão de Justiça e Redação
Em 05 / 04 / 2021
Presidente

PARECER JURÍDICO

DENOMINA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL COM O NOME DO DEPUTADO ELIAS LIBÂNIO DA SILVA RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA

CONSULTA: Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

RELATÓRIO

A propositura tem como objetivo analisar os aspectos constitucionais, legais e regimentais, bem como as implicações financeiras e disponibilidade orçamentária referente ao Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

É o sucinto relatório. Passo a Opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É a chamada Discricionariedade. Onde há margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Pois bem, feitos os registros necessários, passo a analisar os requerimentos administrativo aviado.

a) QUANTO AO ASPECTO CONSTITUCIONAL

É cediço que os municípios brasileiros são entes-federativos dotados de autonomia, consoante o que dispõe o art. 18 da CF/88, regendo-se por sua Lei Orgânica na forma do Art. 4º do mesmo digesto. Portanto, é o Município autônomo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

César Augusto L. da Silv
OAB/PE 50.463
Advogado

Nesse sentido, o Projeto de Lei em referência encontra amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal e artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratar-se de proposição de iniciativa privativa do Legislativo Municipal.

b) QUANTO A LEGALIDADE - ASPECTO REGIMENTAL

O Projeto de Lei em tela que Denomina o Centro Administrativo Municipal com o nome do Deputado "Elias Libânio da Silva Ribeiro" encontra respaldo amparo legal, constituindo-se matéria de iniciativa do Poder Legislativo consoante disposições contidas no artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno, no que, após deliberação pelo Plenário da Câmara pelo *quorum* de sua maioria simples, *in casu* pela vontade da metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, na forma do que dispõe o Art. 182, §1º do Regimento Interno da Casa Legislativa.

Com efeito, entende-se que não há vedação legal, para a propositura em tela.

c) EM RELAÇÃO AO ASPECTO FORMAL DO PLL

O projeto em comento, no seu aspecto formal, apresentou-se de forma coaduzente, não necessitando de Emendas.

d) EM RELAÇÃO AO ASPECTO REDACIONAL E GRAMATICAL

Analisado atentamente, o Projeto de Lei apresenta boa redação, linearidade, clareza, bem como não se vislumbra qualquer necessidade de correção gramatical.

e) IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A propositura encontrou sua justificativa em plenário e, afigura-se devidamente prevista no Orçamento do Município para o exercício vigente, assim como não repercute em criação ou aumento de despesa de caráter continuado, de forma que não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nem as disposições da LC 173/2020.

Restando presentes os requisitos legais supramencionados, no que se refere à a confecção e instalação da placa com a denominação do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, o qual, destina-se a toda população deste município, demonstrada a existência de dotação suficiente para lhe fazer face nas colunas referentes às quantidades permitidas para provimento e despesas correspondentes, não existe óbice legal para que produza efeitos no mundo jurídico.

Ex vi, OPINA que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura que denomina de "Elias Libânio da Silva Ribeiro" o Centro Administrativo Municipal de Agrestina/PE. É o parecer. s.m.j.

Agrestina/PE, em 07 de abril de 2020.

César Augusto Lima da Silva - Advogado
OABPE nº 50.463

César Augusto L. da S
OAB/PE 50.463
Advogado

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 001/2021, apresentado pelo Exmo. Vereador Sr. José Givaldo Leite, que denomina o Centro Administrativo Municipal com o nome do Deputado Elias Libânio da Silva Ribeiro e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente a Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **PROJETO DE LEI Nº 001/2021**, que denomina o Centro Administrativo Municipal com o nome do Deputado Elias Libânio da Silva Ribeiro e dá outras providências.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposituras sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura

Em análise, esta Comissão de Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, concluiu também que o seu teor não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2021.

Saulo Alves Batista
Presidente da Comissão

Emília Alves Fernandes
Relator

Edson Pedro da Silva
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei nº 001/2021, apresentado pelo Exmo. Vereador Sr. José Gildo Leite, que denomina o Centro Administrativo Municipal com o nome do Deputado Elias Libânio da Silva Ribeiro e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **PROJETO DE LEI Nº 001/2021**, que denomina o Centro Administrativo Municipal com o nome do Deputado Elias Libânio da Silva Ribeiro e dá outras providências.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma opinou que o Projeto em tela, encontra-se em condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o mesmo não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2021.

José Pedro da Silva Filho
Presidente da Comissão

Marcos Antônio de Oliveira Silva
Relator

José Genivaldo da Silva
Membro